

Câmara da Praia da Vitória despede pessoal e PS pede demissão da Presidente do município

A Câmara Municipal da Praia da Vitória, na ilha Terceira, vai despedir 37 funcionários da cooperativa Praia Cultural e integrar 91 nos quadros do município, esperando concluir o processo de internalização até ao final do ano, anunciou a presidente.

“Mediante a disponibilidade financeira do município, iremos assumir 91 postos de trabalho na câmara municipal, através de ato concursal ao abrigo da internalização da cooperativa Praia Cultural. Este número é superior ao que inicialmente tinha sido anunciado em março, que rondava os 80 colaboradores”, afirmou a presidente do município (PSD/CDS-PP), Vânia Ferreira, em conferência de imprensa.

O executivo municipal, que tomou posse em 2021, admitiu a possibilidade de despedimentos na sequência de uma auditoria às contas do grupo formado pelo município e pelas entidades na esfera da autarquia, que identificou um passivo de 33,2 milhões de euros.

A entidade contava com 165 trabalhadores com contrato sem termo, mas 35 aceitaram rescisões por mútuo acordo e dois serão absorvidos por entidades externas.

“O número de colaboradores a dispensar é 37: 10 técnicos superiores, 15 assistentes técnicos e 12 assistentes operacionais”, adiantou a autarca, acrescentando que alguns poderão ainda “recorrer à extinção do posto de trabalho por mútuo acordo”.

Segundo Vânia Ferreira, o processo de internalização da Praia Cultural deverá estar concluído até ao final do ano e a assunção da dívida da entidade fará com que o limite legal de endividamento do município seja ultrapassado.

“É uma situação que já estava devidamente calculada e acautelada em todo este processo de reestruturação, desde o momento em que houve a identificação de que a cooperativa Praia Cultural não é sustentável e que vive na total dependência das transferências do município”, salientou.

A autarca prevê, por isso, recorrer à ajuda do Fundo de Apoio Municipal, até ao final do mês.

“O plano de ajustamento municipal será trabalhado para ser fechado nos próximos dias. Nós queremos muito que esteja terminado e que possa ser submetido já na próxima assembleia

municipal. Acreditamos que no final do mês de setembro estará completamente fechado para ser submetido ao Fundo de Apoio Municipal”, revelou.

Vânia Ferreira admitiu que a redução de funcionários possa provocar “alguns constrangimentos”, mas garantiu que os serviços prestados “vão estar assegurados”, alegando que havia “áreas duplicadas entre a cooperativa Praia Cultural e o município”.

A autarca reiterou que a redução de funcionários na cooperativa era “inevitável”, caso contrário poderia estar em causa o pagamento de salários, de compromissos bancários ou de dívidas a fornecedores.

“Sem sustentabilidade financeira, nós não podemos manter os postos de trabalho, nem podemos de forma absolutamente nenhuma conseguir manter a atividade a decorrer”, sublinhou.

Vânia Ferreira responsabilizou o PS, que governou o executivo durante 16 anos, acusando o partido de ter recorrido a empresas municipais, sociedades e cooperativas para “realizar investimentos fora do perímetro orçamental da câmara municipal”.

“Estas engenharias financeiras associadas às contratações massivas de colaboradores dispararam o passivo da entidade e ampliaram substancialmente as transferências da câmara municipal para a cooperativa”, frisou.

O número de funcionários da cooperativa passou de 26 em 2016 para 148 em 2020, e aumentou ainda para 178 em 2021.

A autarca defendeu que este desfecho poderia ter sido evitado se o executivo socialista tivesse acatado as “recomendações identificadas em auditorias do Tribunal de Contas”.

“Esta sempre foi uma imposição do Tribunal de Contas, que alertava que todas as transações que estavam a ser feitas deviam ser repensadas. Houve tempo para poder ponderar as atitudes que foram tidas desde 2018”, disse.

PS pede a demissão da Presidente

O PS da Praia da Vitória defendeu que a presidente do município deve apresentar a sua demissão, na sequência do anúncio do despedimento de 37 funcionários da cooperativa Praia Cultural.



“Tendo em conta a insensibilidade social da presidente da câmara, ao mandar para o desemprego tantas famílias, num momento social e económico de tanta exigência, e tendo em conta a degradação política que se vive no concelho, a senhora presidente deve demitir-se e permitir que os praienses sufraguem estas opções políticas, que não estavam no programa eleitoral apresentado pela coligação nas últimas eleições autárquicas”, afirmou o vereador socialista Berto Messias, citado em comunicado de imprensa.

Berto Messias manifestou-se contra a decisão, comunicada aos funcionários na sexta-feira, alegando que o processo foi “muito mal conduzido e pouco debatido” e que “até um piquete da Polícia de Segurança Pública foi chamado para a porta do edifício municipal onde os despedimentos foram anunciados”.

Segundo o socialista, o despedimento de 37 funcionários da cooperativa ocorre “à revelia dos órgãos autárquicos locais” e demonstra “uma insensibilidade social atroz”. Também o processo de rescisões por mútuo acordo foi criticado pelo dirigente do PS da Praia da Vitória, que denunciou que “essas pessoas foram pressionadas e chantageadas a assinar rescisões”.

A presidente do município defendeu que os despedimentos eram “inevitáveis”, porque poderia estar em causa o pagamento de salários, de compromissos bancários ou de dívidas a fornecedores, mas Berto Messias acusou-a de

faltar à verdade.

“Afirmar que não tem condições financeiras para pagar os ordenados é uma falsidade. Então porque não pode pagar ordenados em 2023, se os pagou em 2022? A prioridade deveria ser reorganizar recursos com base no plano de ação para o futuro, definindo que não permitiria qualquer despedimento, mas sim a valorização dos recursos humanos que tanto têm dado ao concelho”, apontou.

O vereador disse que “em nenhum momento na campanha eleitoral a atual presidente da câmara municipal referiu que tomaria estas medidas” e salientou que Vânia Ferreira não pode afirmar que “desconhecia a situação financeira do município”, porque as contas são públicas e debatidas anualmente nas assembleias municipais.

Berto Messias acusou ainda a autarca de “incapacidade” para implementar um plano estratégico de futuro, vincando que “foram perdidos” fundos externos, disponíveis no Plano de Recuperação e Resiliência ou acertados e protocolados com executivos anteriores com o Governo da República e o Governo Regional.

“Todas as semanas sabemos de episódios que evidenciam a degradação e fragilidade deste executivo, que empurram a Praia da Vitória para uma perspetiva de falta de futuro e de ambição, que muito nos preocupa. É por isso tempo de haver eleições e de permitir que os praienses se pronunciem sobre estas opções”, reiterou.

Turista holandês resgatado num trilho dos Mosteiros

Um holandês com cerca de 30 anos foi resgatado na noite de sábado em São Miguel, por ter sofrido “uma queda durante uma caminhada num trilho nos Mosteiros”, informou a Autoridade Marítima Nacional.

Num comunicado enviado às redações, a Autoridade Marítima Nacional

explica que o alerta foi recebido ao final do dia de sábado, através do Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo de Ponta Delgada, dando conta que o homem estava “desaparecido num trilho”.

“De imediato foram desencadeadas buscas por elementos do Comando-local

da Polícia Marítima de Ponta Delgada, tripulantes da Estação Salva-vidas de Ponta Delgada e Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada”, lê-se no mesmo comunicado.

O homem acabaria por ser localizado pela equipa dos Bombeiros de Ponta Delgada, que constatou que a vítima

tinha sofrido uma queda e apresentava “uma lesão num dos membros inferiores”, revela a Autoridade Marítima Nacional.

Após ter sido resgatado pelos elementos dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, o homem foi transportado para uma unidade hospitalar.